

ATIVISMO PELAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA VIRADA DO SÉCULO: PRATICANDO “ANTISSISTEMISMO”?

Hoyêdo Nunes Lins⁵⁵

La revolte n'est pas en elle-même un élément de civilisation. Mais elle est préalable à toute civilisation. (CAMUS, 1951, p. 341)⁵⁶

Introdução

Em famoso e polêmico ensaio filosófico, motivador de nada menos que o rompimento de uma duradoura amizade com Jean-Paul Sartre, o escritor Albert Camus – vencedor do Prêmio Nobel de Literatura em 1957 – assinala que “[...] a história atual, pelas suas contestações, força-nos a dizer que a revolta é uma das dimensões essenciais do homem. Ela é nossa realidade histórica. A menos que se fuja à realidade, é preciso que encontremos nela os nossos valores.” (CAMUS, 1951, p. 37).

De algum modo, é de revolta que se trata neste artigo. Melhor dizendo, de iniciativas com sentido de revolta, ou pelo menos com perfil de denúncia e recusa. Em relação a que? Às condições de trabalho e, mais amplamente, ao quadro de reprodução social amargados por numerosos trabalhadores envolvidos em processos produtivos na periferia e semiperiferia do capitalismo. As atividades intensivas em mão de obra, determinadas por grandes clientes dos países mais ricos que possuem marcas muito conhecidas e têm presença destacada nos mercados, constituem o foco principal da atenção.

Observe-se que, em regra, esses clientes não produzem. Seu papel incide, principalmente, nos elos mais “nobres” das redes ou cadeias de vínculos desdobradas internacionalmente: concebem e desenvolvem produtos e, de um modo geral, contratam a fabricação junto a empresas que atuam na América Latina, na Ásia ou na África, as quais, além de produzir diretamente, costumam mobilizar numerosas capacidades de produção e de trabalho externas. Tais clientes distribuem e comercializam esses produtos em diferentes

55 Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do corpo de docentes permanentes dos programas de pós-graduação em Economia e em Relações Internacionais dessa Universidade.

56 “A revolta não é em si mesma um elemento de civilização. Mas ela precede toda civilização.”

mercados, em escala mundial, sendo a indústria de artigos de vestuário especialmente paradigmática desse tipo de configuração produtiva e comercial.

Uma característica básica dessa arquitetura é que, nesses vínculos produtivos, marcados pela subcontratação internacional impulsionada por grandes empresas, pululam realidades trabalhistas, em países mais pobres, com clara e renitente agressão aos direitos dos trabalhadores e inobservância mesmo de algumas das mais básicas condições de trabalho decente. Contra isso erigem-se ações tingidas do sentido de revolta, implicando denúncia e frontal recusa, envolvendo ativistas articulados em instituições sindicais e organizações não governamentais (ONGs).

Esse é o tema do presente trabalho, cujo objetivo é contextualizar, apresentar e discutir o referido ativismo. A inspiração situa-se na convergência entre o debate sobre movimentos antissistêmicos, na perspectiva encontrada na abordagem dos sistemas-mundo, e aquele que explora (e propõe o uso) as ideias de “globalização contra-hegemônica” e “globalização desde abaixo”. O intuito é relacionar o ativismo em prol dos direitos dos trabalhadores e de melhores condições de trabalho com os novos movimentos antissistêmicos surgidos no período recente, conforme indicado pela literatura sobre o assunto. Do mesmo modo, tendo em vista que esse ativismo se apresenta em redes internacionais de relações, procura-se associá-lo a uma possível globalização contrastada com a que caracteriza as narrativas dominantes sobre a conjuntura da virada do século.

Assim concebida, a pesquisa deu origem a texto composto de duas partes principais. Na primeira sistematizam-se alguns termos do debate sobre os movimentos antissistêmicos, examinando-os em perspectiva histórica. Na segunda aborda-se a internacionalização da produção industrial, especificamente na indústria do vestuário, destacando os problemas ligados ao trabalho. É aí que se fala das ações de ativistas – sindicatos e ONGs – em defesa dos trabalhadores e se interroga sobre o seu caráter antissistêmico, inclusive examinando a pertinência de considerá-los como vetores de uma “globalização contra-hegemônica” ou “globalização desde abaixo”.

1. Reconhecendo o terreno: nota sobre a questão dos movimentos antissistêmicos

Valem para o início de uma seção que objetiva situar a problemática dos movimentos antissistêmicos, as palavras de abertura de um livro inteiramente dedicado ao assunto, publicado algumas décadas atrás: “O conceito de movimentos antissistêmicos [...] presume uma perspectiva analítica sobre um sistema. O sistema aqui referido é o sistema mundial do

capitalismo histórico que, argumentamos, originou um conjunto de movimentos antissistêmicos.” (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1989, p. 7).

Esse sistema, simultaneamente social e histórico, desenvolveu-se em trajetória multissecular desde o surgimento de uma economia-mundo capitalista na Europa Ocidental entre o final do século XV e o início do XVI. A expressão “economia-mundo” designa uma “entidade” econômica, contendo importantes e necessários vínculos dessa natureza entre as partes constituintes e desdobrada sobre múltiplas e distintas jurisdições políticas, recortadas por fronteiras ou limites porosos e vazados por interações comerciais (WALLERSTEIN, 1979). O adjetivo “capitalista” indica tratar-se de sistema baseado em “[...] um modo capitalista de produção, cuja característica definidora [é] a acumulação sem fim de capital [...]” (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1987, p. 764).

Dizer “movimentos antissistêmicos” significa, portanto, referir a processos que se contrapõem, ou procuram fazê-lo, ao funcionamento do assinalado sistema social e histórico. Derlugian (1996, p. 148), buscando uma melhor especificação, manifesta o entendimento segundo o qual o termo é utilizado “[...] para significar todos aqueles grupos que perseguem mudança social de maneiras capazes, fundamentalmente, de restringir ou impedir a acumulação de capital, o principal processo subjacente ao sistema mundial capitalista”.

O percurso desse sistema mundial, ou do “capitalismo histórico” – conforme referido algumas vezes por Wallerstein (2001) –, apresenta-se crivado de movimentos antissistêmicos exibindo diferentes traços, objetivos e níveis de intensidade e alcance.

1.1 Lutas do século XIX

No século XIX, os movimentos antissistêmicos apresentaram-se quase sempre na forma de lutas operárias que, tendo como palco principal áreas urbanas de maior porte, reivindicavam melhores condições de trabalho e de vida (BEAUD, 1989). O contexto geral era a situação deplorável, de disseminada e profunda miséria, dos contingentes proletários, expressando níveis de exploração e opressão motivadores de análises agudas e denúncias indignadas por parte de observadores como Engels (1985, 1998) sobre a Inglaterra e de Fourier (1989) sobre a França.

As engrenagens do crescimento da indústria, ao mesmo tempo em que elevavam sobremaneira a capacidade produtiva no epicentro do sistema mundial, geravam ou aprofundavam a concentração da riqueza e o sofrimento de volumosos contingentes. Todavia, resultavam também, como veementemente assinalado por Marx e Engels (1973), em

intensificação de força capaz de, na perspectiva anunciada no *Manifesto do Partido Comunista*, interpelar e contestar em profundidade a situação vigente, apontando a sua transformação. Com efeito, no dizer dos autores,

As armas de que se serviu a burguesia para abater o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia. Mas a burguesia não forjou somente as armas que provocarão a sua morte; engendrou também os homens que manusearão essas armas – os trabalhadores modernos, os *proletários*. (MARX, ENGELS, 1973, p. 14 – itálico no original).

A dialética aparece vigorosa nesse texto de combate, do que fornece evidência particular a passagem abaixo:

A condição essencial da existência e da dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza em mãos privadas, a formação e o aumento do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado escora-se exclusivamente na concorrência dos trabalhadores entre si. O progresso da indústria, do qual a burguesia é o agente desprovido de vontade e de resistência, substitui o isolamento dos trabalhadores, que ocorre por meio da concorrência, pela sua união revolucionária através da associação.

Com o desenvolvimento da grande indústria, a burguesia vê desaparecer sob seus pés a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz antes de tudo seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inelutáveis. (MARX; ENGELS, 1973, p. 22).

O *Manifesto* apresenta-se também, por assim dizer, prescritivo. Já no início da sua segunda seção, lê-se que o objetivo do movimento dos trabalhadores é triplo: “[...] formação do proletariado em classe, reversão da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.” (MARX; ENGELS, 1973, p. 24). Depois se indica que “O proletariado utilizará sua dominação política para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, quer dizer, do proletariado organizado em classe dominante [...]” (Op cit., p. 34).

Uma investida dessa magnitude teria que esperar o século XX, no Leste da Europa. Nos 1800, como assinalado, a movimentação social no centro do capitalismo visou, sobretudo, melhores condições de reprodução da força de trabalho, o que implicou esforços de organização dos trabalhadores e de promoção/realização de lutas em diferentes países. Realmente, durante o século XIX

[...] ocorreu uma inovação sociológica de profundo significado para a política da economia-mundo capitalista. Grupos de pessoas envolvidas em atividade antissistêmica começaram a criar uma nova instituição: a organização continuada, com membros, funcionários e objetivos políticos específicos (tanto de longo como de curto prazo). Tais movimentos antissistêmicos organizados nunca tinham existido antes. (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1989, p. 30).

Mas essas lutas enfeixaram-se, sem que isso surpreenda, em processos que repercutiram profundamente em termos políticos. Tanto assim que, n^o *O 18 Brumário*, Marx (1978, p. 21) fala em “revoluções proletárias, como as do século dezenove”, em contraste com as “revoluções burguesas, como as do século dezoito”. De fato, no caso francês – objeto da famosa abordagem de Marx, embora diferentes países europeus tenham registrado movimentos sociais do gênero naquele período – o proletariado (sobretudo em Paris) engajou-se decisivamente nos processos revolucionários que, a partir de fevereiro de 1848, puseram fim à “monarquia burguesa”, ela própria decorrente de fortes convulsões populares em 1830, e instalaram uma ordem republicana.

O contexto imediato era de crise econômica, com falências disseminadas nos negócios e aumentos dos preços dos alimentos (GOUBERT, 1984). E o quadro mais amplo apresentava um forte entrelaçamento entre os interesses das camadas sociais mais afluentes e aqueles relacionados ao Estado, a ponto de Honoré de Balzac, atento observador e arguto analista da sociedade francesa durante a primeira metade do século XIX, exclamar que “Os burgueses e o governo, é tudo uma coisa só!” (BALZAC, 1968, p. 88).

A república instalada, todavia – a “segunda república” naquele país –, afigurou-se igualmente “burguesa”, em que pese a *Insurreição de Junho*, uma resposta do proletariado parisiense motivada pela percepção sobre o que estava em curso. Com o triunfo da “república burguesa”, “[...] mais de três mil insurretos foram massacrados [...] e quinze mil foram deportados sem julgamento. Com essa derrota o proletariado passa para o fundo da cena revolucionária.” (MARX, 1978, p. 25). Assinale-se que outras insurreições marcaram o cenário, na França e em outros países europeus, na segunda metade daquele século. A atmosfera geral era propícia: na França, por exemplo, a referida república terminou em 1851 com golpe de Estado que restaurou o Império.

Mas a movimentação operária não deixou de lograr resultados, por meio de iniciativas do Estado em favor dos trabalhadores. Foi o caso na própria França, assim como, pelo menos, na Alemanha (sob Bismarck, perante o avanço do movimento socialista), na Itália e na Grã-Bretanha. Redução da jornada, seguro por conta de acidentes de trabalho e ajuda em caso de doença perfilarão-se entre as ações representativas de avanços na legislação social em escala europeia nas últimas décadas do século XIX. Do mesmo modo, iniciativas de organização dos trabalhadores, como as traduzidas em sindicatos e confederações, passaram a ser institucionalmente reconhecidas (CROCE, 1973).

Tudo isso refletia o “espírito do tempo”. O ambiente em vários países europeus, no apagar das luzes do século XIX, era de intensa mobilização e atuação dos trabalhadores em

defesa dos seus interesses. O clima registrava igualmente, e com destaque, a chegada de candidatos socialistas aos parlamentos e o aumento rápido da sindicalização e da realização de greves. Tratava-se, segundo Silver e Slater (2001, p. 190), do “[...] primeiro grande surto de militância trabalhista desde 1848”.

1.2 Conquistar o Estado como quase obsessão

No século XX, a conquista do poder político, isto é, do aparato estatal, como eixo e objetivo central dos movimentos antissistêmicos, ostentou (improvável) materialidade na Rússia, em 1917. O processo que desaguou na Revolução de Outubro, “[...] de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado da história moderna.” (HOBSBAWM, 1995, p. 62), foi marcado pela recorrente e disseminada prática do que Rosa Luxemburgo chamou de greve de massa. Essa expressão “[...] designa coletivamente todo um período da luta de classes estendendo-se por muitos anos, às vezes por decênios.” (LUXEMBURG, 1976, p. 128), e indica a “[...] forma adquirida pela luta revolucionária.” (Op cit.).

O Estado instituído como reflexo do alcance pelo proletariado da condição de classe dominante, uma ideia expressada com vigor no *Manifesto*, emerge com plenitude nessa experiência no Leste da Europa, ao menos no seu sentido maior. Tal aspecto é objeto de grande realce nas palavras de Lênine (1976, p. 41 – itálico no original), quando o líder russo proclama, escrevendo no calor da Revolução Bolchevique, que

O proletariado tem necessidade do poder do Estado, de uma organização centralizada da força, de uma organização da violência, tanto para reprimir a resistência dos exploradores como para *dirigir* a grande massa da população [...] na “instalação” da economia socialista.

A referência à violência, e a justificativa (ou defesa) do recurso a esta, mostra-se com contundente frequência na exortação leninista, como ilustrado, por exemplo, pelas passagens abaixo reproduzidas:

Sem revolução violenta, é impossível substituir o Estado burguês pelo Estado proletário. (LÉNINE, op cit., p. 35). [...]

[...] lutaremos pela destruição de toda a velha máquina de Estado, para que o proletariado armado *torne-se* ele próprio o *governo*. (Op cit., p. 183 – itálico no original).

Esse elemento central do projeto leninista de construção do socialismo, relativo à prioridade atribuída à tomada do poder político, marca igualmente presença nos movimentos de libertação nacional protagonizados em meados do século XX, principalmente desde o rescaldo da Segunda Grande Guerra, com repercussão particular na África e na Ásia. Isso teve lugar em período no qual, em diversos países do centro do capitalismo, o movimento operário

logrou conquistar – pelo confronto – importantes resultados em termos de salários e condições de trabalho, e mesmo mais amplamente, no tocante às condições de reprodução mais geral da força de trabalho.

Esses eram os anos do crescimento designado *fordista*, embalado por modelo de desenvolvimento contendo um regime de acumulação intensiva de capital estribada em regulação “monopolista” ou “administrada” (MARGLIN; SCHOR, 1990; BOYER, 1987). O consumo de massa, ou as promessas nesse sentido em “ambiente keynesiano”, repercutiu, nas palavras de Silver e Slater (2001, p. 216), em “[...] esvaziamento do desafio revolucionário representado pelos movimentos trabalhistas do centro [...]”, especialmente nos Estados Unidos.

Até na esfera dos movimentos antissistêmicos passou-se a acreditar que os benefícios seriam disseminados, e isso ajudou a tornar os seus protagonistas objetos de uma verdadeira cooptação, de acordo com Derlugian (1996), seja no centro ou na semiperiferia imediata do capitalismo. Com efeito, a promoção de bem estar e segurança, sob o signo do funcionamento de importantes instituições de alcance internacional, representaram situação de benevolência até então nunca vista no que respeita ao trabalho. De todo modo, esse quadro não deixou de espelhar o nível do embate entre capital e trabalho, no mundo ocidental, no início da segunda metade do século XX (ARRIGHI; SILVER, 2001).

Ao mesmo tempo, adquiria contornos cada vez mais fortes a face dos movimentos antissistêmicos que se traduziam em iniciativas de libertação nacional em meados do século XX. É verdade que revoltas nacionalistas que se fundiam com revoluções sociais crivavam o cenário desde, pelo menos, o início daquele século, com surtos também nos anos 1930 e 1940 e com perfil de lutas/revoltas antiimperialistas (SILVER; SLATER, 2001). Mas, no Segundo Pós-Guerra, os movimentos de libertação nacional disseminaram-se, pontilhando porções expressivas da Ásia, da África e do Caribe. Vislumbrava-se como orientação futura, uma vez quebrados os laços colonialistas formais, a promoção do desenvolvimento nacional. A estratégia como um todo implicava, na periferia do capitalismo,

[...] primeiro uma mudança política que estabeleceria a soberania (pela primeira vez, mesmo, nas colônias, e pela primeira vez de fato em países do Terceiro Mundo que já eram independentes); depois, uma mudança econômica envolvendo o estabelecimento de uma burocracia estatal eficiente, a melhoria dos processos produtivos (“industrialização”) e a criação de uma infra-estrutura social (especialmente na educação e na saúde).

[...]

Os países do Terceiro Mundo embarcaram nesse pacote [...]. Já que o pacote tinha duas etapas, eles [...] partiram primeiro para a etapa inicial. Esta era a via da luta anticolonialista nas colônias e de revoluções políticas análogas naqueles países que [...] já foram chamados de semicolônias. Depois de 1945, o Terceiro Mundo forçou a marcha em toda parte. (WALLERSTEIN, 2002, p. 23).

Com todos esses processos, mostram-se tríplexes os resultados dos principais movimentos antissistêmicos testemunhados no sistema mundial no século XX, particularmente após o fim da Segunda Guerra Mundial: a chegada ao poder de partidos comunistas, principalmente no Leste – na esteira da experiência russa –; a instalação de governos social-democratas, com variantes, em diversos países, sobretudo na Europa Ocidental; a descolonização, no seio de iniciativas de libertação nacional. Wallerstein (2002, p. 262) refere-se ao conjunto dizendo tratar-se de, nada menos, uma “[...] grande realização dos extraordinários anos 1945-1968: o triunfo mundial das forças anti-sistema.”.

1.3 Frustrações, ranger de dentes e nova geração de movimentos antissistêmicos

Todavia, o final da década de 1960 evidenciaria o grau de frustração com os resultados desses movimentos, assimilados por Wallerstein (2002) à “velha esquerda”. Isso pode ser observado nos protestos que varreram países e cidades ocidentais, como decorrência da constatação, por exemplo, de que o desenvolvimento nacional fora, em muitos e diversos casos, não mais que uma quimera – do que fornece uma eloquente indicação, entre outras, o título de um livro de Arrighi (1997), *A ilusão do desenvolvimento*, e também o de um livro, anterior, de Lipietz (1985), *Miragens e milagres*.

De um modo geral, ganhou força a percepção de que os movimentos antissistêmicos haviam sido capturados pelo burocratismo. A experiência comunista – a da União Soviética à frente – , por exemplo, passou a ser vista como não contestadora, de fato, da ordem estabelecida mundialmente (ao contrário, alinhava-se a esta), cujo pilar era a hegemonia dos Estados Unidos, com sua capacidade beligerante, conforme manifestada na Guerra do Vietnã, um alvo privilegiado nos protestos que marcariam o final da década de 1960. Portanto, o “reformismo racional” (WALLERSTEIN, 1996b, p. 236) incrustado nos movimentos antissistêmicos “tradicionalistas” não mereciam mais credibilidade. Por exemplo,

[...] o movimento socialista dos países industrializados [...] se converteu na principal força parlamentar na luta pela realização das reformas liberais. Por meio de seus partidos e sindicatos, os socialistas exerceram pressão “popular” para conseguir o que os liberais queriam, a domesticação das classes trabalhadoras. (WALLERSTEIN, 2002, p. 240).

Sem exceção, os movimentos antissistêmicos históricos, como um todo, foram colocados, assim, na mira dos ataques (WALLERSTEIN, 1996a). Ao longo dos anos 1960, principalmente no final dessa década e durante a seguinte, o crescimento e a disseminação de sentimentos antiburocráticos – pela constatação de que, até então, eram muito mais os

interesses das próprias estruturas burocráticas, e não propriamente os dos trabalhadores, que se mostravam contemplados pelas iniciativas – deram vazão a novos movimentos. Ganhou terreno a preferência por ações não mediadas pelas organizações burocráticas, e sim protagonizadas de forma direta e mais incisiva.

O ano de 1968 é um marco dessa maré montante de inconformismo, pois corresponde a uma ebulição que teve nos estudantes de vários países (a França, talvez principalmente, mas também em outros, como os Estados Unidos) os seus protagonistas centrais. Sobre isso assim se pronunciou Hobsbawm (1995, p. 433-434):

A revolta estudantil de fins da década de 1960 foi a última arremetida da velha revolução mundial. Foi revolucionária tanto no antigo sentido utópico de buscar uma inversão permanente de valores, uma sociedade nova e perfeita, quanto no sentido operacional de procurar realizá-la pela ação nas ruas e barricadas, pela bomba e pela emboscada na montanha.

Hobsbawm (1995, p. 432) assinala, igualmente, que essa rebelião contribuiu para que numerosos integrantes daquela geração estudantil aprofundassem a sua politização, voltando-se quase naturalmente “[...] para os inspiradores aceitos da revolução radical e total transformação social – Marx, os ícones não stalinistas da Revolução de Outubro e Mao”, com diversas consequências no decorrer dos anos 1970 (luta armada, por exemplo). Mas a politização ocorreu igualmente, e fortemente, na abordagem, em meio à efervescência dos protestos, de questões diversas dizendo respeito à igualdade social e ao bem estar – saúde, pobreza –, que tinham permanecido de fora, praticamente, da interlocução política nos países centrais durante os anos de rápido crescimento econômico a partir de 1945 (SHEILA; CASPARIS, 1996). De fato,

[...] nos 1960s, e ainda mais nos 1970s, começou a ocorrer uma “ruptura com o passado” com o crescimento de um novo tipo de movimento antissistêmico (ou movimentos dentro dos movimentos) em locais [...] tão diversos como América do Norte, Japão, Europa, China e México. Os movimentos estudantis, de negros e anti-guerra nos Estados Unidos; os movimentos estudantis no Japão e no México; os movimentos trabalhistas e estudantis na Europa; a Revolução Cultural na China; e como os movimentos feministas dos 1970s; não tinham raízes idênticas ou mesmo efeitos comuns. Cada um situava-se em processos políticos e econômicos modelados pelas particulares e diferentes histórias, e pelas diferentes posições no sistema mundial dos locais onde surgiram e se desenvolveram. Entretanto, por padrões históricos mundiais, ocorreram no mesmo período e, mais do que isso, compartilharam alguns temas ideológicos comuns que claramente os separaram das variedades anteriores de movimentos antissistêmicos. (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1989, p. 35).

Um novo cenário de movimentação, que talvez apresentasse, como assinala Derlugian (1996, p. 160), um “completo sabor antissistêmico”, começou a ser esboçado desde então. Temas como ambientalismo, feminismo e defesa dos direitos humanos e das minorias,

passaram a canalizar as atenções e a motivar iniciativas de grupos. De acordo com Santos (1995, p. 88),

[...] surgem novas práticas de mobilização social, os novos movimentos sociais orientados para reivindicações pós-materialistas (a ecologia, o antinuclear, o pacifismo); ao mesmo tempo, a descoberta feita nos dois períodos anteriores de que o capitalismo produz classes é agora complementada pela descoberta de que também produz a diferença sexual e a diferença racial (daí o sexismo e os movimentos feministas, daí também o racismo e os movimentos anti-racistas).

Contudo, permaneceram presentes e incisivos os protestos dos trabalhadores, na forma de ondas de greves e de aumento do controle dos pátios das fábricas – notadamente na indústria automobilística –, a reboque dos surtos de reestruturação produtiva que crivaram os anos 1970, nos países centrais. Nos 1980s, as ondas de militância e ação trabalhista depararam-se com situação adversa, a rigor, de crise aguda, em países como a Grã-Bretanha sob o governo Thatcher e os Estados Unidos sob o governo Reagan, no seio do que Arrighi e Silver (2001, p. 22) designaram como transição para um “regime hostil ao trabalho”. Contudo, tais movimentos avançaram nos países e regiões que haviam registrado um crescimento industrial expressivo, no Leste da Europa e no Terceiro Mundo (SILVER, 2005).

A mudança na geografia (e, talvez, a renovação) dos movimentos de tipo antissistêmico, como reação às alterações na configuração espacial da produção industrial, é um aspecto central do quadro contemporâneo e do tema de que se trata neste artigo. Na sua base encontra-se uma das tendências estruturais do funcionamento da economia, conforme apontado por Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1989, p. 47): o aprofundamento do que os autores chamam de “divisão axial do trabalho”, quer dizer, um “[...] tão ordenado complexo de processos de produção/transporte inter-relacionados, que a mais valia criada [...] é [...] desproporcionalmente apropriada nos centros organizadores das múltiplas [...] cadeias ou redes de processos de produção interdependentes”.

De fato, um dos fatores da “globalização” de tais movimentos antissistêmicos,

[...] e no presente contexto, talvez, o [fator] principal, é a realocização ora em curso de processos industriais que utilizam muita força de trabalho para a semiperiferia, e, assim, a transferência para esses locais do epicentro do conflito de classe “classicamente” estruturado e conduzido – lutas capital-trabalho diretas, organizadas e de grande escala. Esse epicentro, e, portanto, a sua trajetória histórica, será, por conseguinte, crescentemente formada no interior das jurisdições dos Estados dessa zona, e suas políticas refletem cada vez mais, com efeito, a transformação. (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1989, p. 90).

Mais:

[...] a busca crescente pelo capital de abrigos seguros em relação à agitação dos trabalhadores organizados produz, é claro, uma crescente realocização da proletarianização industrial e, portanto, dos esforços coletivos para controlar esse processo e/ou melhorar seus efeitos. O resultado líquido pode muito bem ser uma consciência de classe crescentemente direcionada

ao sentimento nacionalista impregnado nas zonas externas ao centro, particularmente em Estados semiperiféricos [...]. (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1989, p. 112).

É em relação a esses últimos aspectos postos em destaque que se deve colocar em perspectiva o conteúdo do que se segue no presente artigo.

2. Internacionalização produtiva e trabalho: terreno fértil para práticas contestatórias

A internacionalização da produção industrial, leia-se, a distribuição de setores, segmentos e atividades da indústria através das fronteiras dos países, é um traço maior da chamada globalização, embora movimentos dessa natureza crivem a história do capitalismo. As grandes empresas representam a ponta de lança de tal processo, que exibiu um forte surto em meados dos anos 1970.

O ambiente, naquela década, era de crise econômica em vários países centrais (com dramáticos reflexos sociais, notadamente pela escalada do desemprego), e o capital buscava intensamente custos de produção mais baixos, o que rimava, em diferentes setores, com salários menores e condições mais precárias de trabalho. Localizações no leste e no sudeste da Ásia, e também na América Latina, sobressaíram entre as opções privilegiadas (LIPIETZ, 1985).

Esse processo só fez intensificar-se, paralelamente ao aumento da concorrência em escala mundial e também à melhoria nos transportes e comunicações e à desregulamentação (em vários sentidos) adotada em diferentes países. “Deslocalização” é como parte da literatura passou a designar as iniciativas observadas, que igualmente repercutiram no florescimento ou na expansão da forma “empresa-rede”, implicando a “[...] „desverticalização” das grandes companhias em redes de empresas especializadas, ou o agrupamento de empresas nessas redes [...]” (CHESNAIS, 1996, p. 109).

Principalmente para os setores em que é mais intenso o uso do fator trabalho, destacaram-se entre os determinantes locacionais a oferta de mão de obra representativa de menores custos salariais e as condições trabalhistas indicativas de reduzida capacidade de organização operária e reivindicação. Foi (e tem sido) assim quer para capacidades produtivas diretamente mobilizadas pelas grandes empresas, quer – configurando a maioria das situações – no tocante a vínculos envolvendo encomendas ou subcontratação/terceirização produtiva.

Ganhou vulto a internacionalização ligada às operações de cadeias globais, uma expressão que designa conjuntos ou redes de “[...] atividades envolvidas no *design*, na produção e na comercialização de um produto [...]” (GEREFFI, 1999a, p. 1). Seduzindo

pesquisadores atuando em diferentes instituições (BAIR, 2005), essas cadeias revelam-se estruturas transnacionais “[...] que ligam as atividades econômicas das firmas às redes tecnológicas, organizacionais e institucionais usadas para desenvolver, fabricar e comercializar mercadorias específicas.” (GEREFFI, 1995, p. 113). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) enxerga na sua grande presença uma nova etapa da globalização: “Os processos produtivos ficaram mais dispersos em termos geográficos, pois as empresas passaram a localizar cada vez mais os diferentes estágios da produção em vários países, utilizando redes de fornecedores independentes e suas próprias subsidiárias.” (OECD, 2013, p. 14).

2.1 Indústria do vestuário: paradigma de internacionalização e de precariedade do trabalho

A indústria do vestuário perfila-se entre as que mais se internacionalizaram nas últimas décadas, pertencendo ao tipo de cadeia global que Gereffi (1994, 1995, 1999a) tipificou como “comandada por compradores”. Em tal modalidade, a coordenação e o controle são exercidos por grandes varejistas internacionais, empresas de comercialização e donos de marcas, que impõem determinações produtivas sobre numerosas empresas de menor tamanho encarregadas da fabricação de bens de consumo sob encomenda – em setores intensivos em mão de obra –, geralmente em países externos às zonas centrais do capitalismo.

Essa indústria apresentou importantes mudanças no passado recente, em nível mundial, com respeito à tecnologia e à organização. O mesmo cabe dizer sobre a localização, haja vista os movimentos de reconfiguração espacial que outorgaram proeminência sobretudo à Ásia. O Japão foi envolvido inicialmente (anos 1950-1960), depois Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul (anos 1970) e, posteriormente, China continental, Sri Lanka e o sul e sudeste da Ásia (a partir dos 1990), sendo o Vietnã atingido mais tarde. A América Latina não ficou ao largo, pois México, Jamaica e Honduras, por exemplo, passaram a canalizar encomendas de empresas dos Estados Unidos, e tampouco o norte da África, que atraiu o interesse de empresas europeias (GEREFFI, 1999b).

Os mais expressivos resultados em exportações referem-se à Ásia, no leste (China, Vietnã, Indonésia) e no sul (Bangladesh, Índia, Paquistão). Conforme Fernandez-Stark, Frederick e Gereffi (2011), esse desempenho também reflete, sobretudo no tocante ao leste asiático, o *upgrading* alcançado por vários fabricantes: da simples montagem de produtos, com insumos recebidos por vínculos de subcontratação, vários tornaram-se produtores de

artigos completos com *design* especificado pelo comprador. Alguns, em virtude da *expertise* obtida, passaram a utilizar *design* próprio e comercializar itens com suas próprias marca (GEREFFI; MEMEDOVIC, 2003).

Mas prevalecem as atividades de montagem e a produção baseada em *design* pertencente ao comprador. Os custos de mão de obra figuram entre os determinantes básicos dessa geografia industrial, ao lado de fatores como taxa de câmbio, logística e infraestrutura, em combinações variáveis, os dois últimos com bastante influência quando a produção ocorre em Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs). Estas constituem “[...] zonas industriais com incentivos especiais criadas para atrair investidores estrangeiros, onde materiais importados passam por algum grau de processamento antes de serem (re)exportados [...]” (ILO, 2003, p. 1). Milberg e Amengual (2008, p. 1) destacam o seu caráter de espaços regulatórios voltados à atração de “[...] companhias exportadoras mediante a oferta de concessões especiais em impostos, tarifas e regulamentos”.

Uma questão maior no debate sobre a produção internacionalizada refere-se às condições de trabalho, sejam as atividades de fabricação realizadas diretamente pelas grandes empresas ou por subcontratação e/ou encomendas junto a outros produtores e prestadores de serviços. A problemática geral refere-se à divisão espacial do trabalho em escala mundial, foco de interesse há décadas em estudos interessados nas desigualdades socioespaciais de desenvolvimento vinculadas à organização industrial (LIPIETZ, 1983; MASSEY, 1984).

De fato, nas operações das cadeias globais, coexistem processos de produção e trabalho bastante diversos em termos de tecnologia, remuneração e condições dos trabalhadores. Essa diversidade marca os numerosos vínculos que interligam atividades realizadas em numerosos locais, em várias escalas espaciais. Os efeitos na órbita do trabalho sobressaem entre os mais discutidos aspectos da produção em tais redes, em particular no que respeita às áreas externas ao centro do capitalismo, como se observa, por exemplo, no estudo de Shepherd e Stone (2013).

Problemas ligados ao trabalho caracterizam principalmente as realidades testemunhadas nas ZPEs, redutos costumeiros de atividades de fabricação vinculadas a estruturas mundiais de “divisão espacial do trabalho”. De fato, o entendimento geral é que, sobretudo em situações asiáticas ou latino-americanas, os “[...] custos baixos do trabalho e a flexibilidade [no uso] dos trabalhadores são razões centrais para firmas estrangeiras investirem em ZPEs.” (PERMAN *et al.*, 2004, p. 7). Uma recente pesquisa informa, com efeito, que “[...] a evidência sobre horas trabalhadas sugere serem comuns longos tempos de

trabalho em ZPEs. Em alguns casos há evidência de que isso é compulsório e não remunerado.” (CIRERA; LAKSHMAN, 2014, p. 26).

Mostram-se enormes, nessas realidades, as dificuldades para a organização dos trabalhadores objetivando a defesa de melhores salários e condições de trabalho. Assim, a luta pela sindicalização costuma ser extremamente árdua nessas situações locais, em confrontos que envolvem tanto empresas quanto governos como interlocutores (ILO, 2003). Bastante agudo é o problema da discriminação de gênero nas remunerações, o que adquire importância especial tendo em vista que, notadamente na Ásia, a participação feminina na mão de obra atuando nas ZPEs é, em geral, muito grande (KUSAGO; TZANNATOS, 1998).

Problemas desse tipo exibem envergadura particular na indústria do vestuário. As atividades vinculadas à fabricação dos correspondentes produtos, na periferia ou semiperiferia do capitalismo, em meio a vínculos organizados em cadeias globais por empresas que encomendam ou subcontratam a produção desde países centrais, oferecem em regra as mais claras ilustrações de precariedade do trabalho. Tal fato é observado em relação a problemas como regulamentação da jornada, nível de remuneração, pagamento de recessos, folgas e horas extras, observação de idade mínima dos trabalhadores e insalubridade, com reflexos na saúde.

As ilustrações são numerosas, na América Latina – onde Honduras mereceu destaque internacional (NINETY..., 1997) – ou na Ásia, com experiências chinesas, como as de Shenzhen, que motivaram abordagens na forma de estridentes denúncias (SERVANT, 2006). Também na Índia a situação provoca relatos dramáticos, tanto sobre os segmentos mais organizados dessa indústria (SURVEYING..., 2014), quanto – e principalmente – sobre as modalidades mais vulneráveis, vistas como periféricas (THE OPPRESSIVE..., 2014), residindo aí o quadro de maior precariedade, com realidades verdadeiramente aviltantes da condição humana.

As adversidades adquirem, realmente, particular dramaticidade nas ZPEs. Perman *et al.* (2004) realçaram, sobre países asiáticos como Bangladesh, China e Sri Lanka, e sobre países latino-americanos como República Dominicana, Haiti, Honduras e México, problemas que incluem discriminação de gênero, excesso de horas trabalhadas, riscos à saúde e segurança e repressão virulenta à sindicalização. Níveis muito altos de precariedade e constrangimento são constatados em Sri Lanka, por exemplo, onde insultos e assédio marcam o cotidiano do trabalho feminino nessas atividades: em ZPEs desse país, “Trabalhadores do sexo feminino no setor do vestuário têm status geralmente baixo e são frequentemente

chamados de „*Juki Girls*’ – nome depreciativo derivado de uma marca popular de máquina de costura [...]” (HANCOCK; MIDDLETON; MOORE, 2009, p. 7).

Situações desse tipo provocaram iniciativas como a intitulada *Better Work*, fruto de parceria entre a OIT e a *International Finance Corporation* (ligada ao Banco Mundial). Integra o rol de países participantes a Nicarágua, que registrou forte crescimento da fabricação de artigos do vestuário por empresas coreanas e taiwanesas que canalizam para os Estados Unidos o essencial das vendas, realizadas sob encomenda (BAIR; GEREFFI, 2013). Contudo, tanto na Nicarágua como em outros países envolvidos (Sri Lanka, Bangladesh, Lesoto), as ações governamentais costumam atribuir às melhorias no trabalho um papel apenas marginal na promoção do desempenho produtivo e concorrencial, segundo assinalam Fernandez-Stark, Frederick e Gereffi (2011). Tal aspecto representa um grande obstáculo às ações que miram condições mais adequadas de trabalho. Quaisquer tentativas são menos eficazes sem uma participação efetiva e realmente interessada do setor público, assinalam Mayer e Gereffi (2010), e essa ausência prevalece nas experiências observadas em bom número de países.

Daí não surpreenderem manchetes como “The factories of lost children” (WEBER, 2006) e “Clothed in misery” (ANDERSON, 2013), ambas sobre atividades de produção de roupas em Bangladesh. Na primeira fala-se de incêndio ocorrido em novembro de 2000, com muitas crianças entre as dezenas de vítimas, e, na outra, do desabamento de um complexo fabril em abril de 2013, provocando numerosas mortes. Ambas integram relação de tragédias praticamente anunciadas, pois inspeções rotineiras anteviram os riscos e advertiram sobre estes, sem que providências fossem tomadas. Esses dois incidentes são evidências a mais do quanto a produção do vestuário é guiada pela histórica e obsessiva busca, como destaca Anderson (2013), de força de trabalho e ambientes representativos dos menores custos possíveis.

2.2 Ativismo social no combate à degradação do trabalho

Em muitos casos, a precariedade das condições de trabalho reflete problemas incrustados nas próprias legislações trabalhistas dos países. Por essa razão, instituições internacionais voltadas a questões desse tipo priorizam a melhoria da regulamentação das práticas. A principal dessas entidades é a Organização Internacional do Trabalho, que opera por meio de normativas e resoluções oriundas de deliberações tripartites. Todavia, suas convenções não são, de fato, objeto de ratificação compulsória pelos países membros.

Assim, há espaço para que sindicatos e Organizações Não Governamentais (ONGs) atuem com destaque, em escala mundial, na defesa dos direitos trabalhistas e no combate à degradação das condições de trabalho. Em relação à indústria do vestuário, essa atuação representa um tipo de ativismo que não deixa de recorrer à investigação acadêmica ou de ser influenciado por esta, como ocorre com as pesquisas sobre cadeias de produção globais (BAIR, 2005). Esses estudos têm inspirado até mesmo ações de “formação” de trabalhadores, conscientizando-os sobre a posição que ocupam nessas redes e fortalecendo a sua capacidade de reivindicação (QUAN, 2008).

Essa forma de agir dos sindicatos e ONGs exhibe contornos do que Gereffi, Garcia-Johnson e Sasser (2001) chamam de “novo ativismo global”, âmbito em que tem sentido falar de “governança privada” (MAYER; GEREFFI, 2010). O uso da expressão alude ao fato de que, tendo em vista as frustrações com as iniciativas (ou a falta delas) governamentais para coibir práticas trabalhistas agressoras a direitos, “[...] muitos ativistas sociais e grupos de trabalhadores voltaram-se [...] para campanhas de pressão dirigidas às corporações e para outras estratégias de uso da pressão do mercado para regular o comportamento dos produtores.” (MAYER; GEREFFI, 2010, p. 2).

O objetivo básico é a adoção, pelas grandes empresas, de códigos de conduta representativos de melhores condições de trabalho e com incidência ampla, isto é, projetada sobre fornecedores e subcontratados. As certificações constituem um instrumento central, envolvendo a criação e aplicação de regras e o controle das práticas. Esses códigos tornaram-se uma importante área de atuação do movimento sindical internacional, em interações com ONGs e com diferentes movimentos sociais (O’BRIEN, 2000). Assim procedendo, os sindicatos intensificam comportamento observado pelo menos desde os anos 1970 (FAIRBROTHER; HAMMER, 2005) e que enfrenta grandes desafios por conta da globalização: “Sindicatos e sindicalistas deparam-se com duas ameaças inter-relacionadas: uma, de governos hostis, outra, de corporações globais predatórias.” (EWING, 2001, p. 40).

O setor do vestuário sobressai nas investidas de “governança privada”, cujo alvo maior é o próprio lucro das empresas. Nesse ativismo, o consumidor consiste no destinatário principal de variadas estratégias e movimentos de *marketing* anticorporativo que denunciam práticas empresariais imorais e degradantes. A lógica é que, prejudicando a imagem, a divulgação das condutas possa afetar os resultados comerciais e financeiros, pressionando por mudanças efetivas. A mobilização dos consumidores por campanhas de boicote à aquisição de mercadorias fabricadas em condições aviltantes é um mecanismo básico.

Algumas instituições merecem realce, em razão do seu desempenho. Uma é a *Global Exchange*, ONG fundada nos Estados Unidos em 1988, que tenta despertar a consciência geral sobre os reflexos sociais da transferência da produção dos grandes centros mundiais para países com mão de obra pouco qualificada e mais barata. Vendo-se como defensora dos direitos humanos e promotora de justiça social, econômica e ambiental, essa ONG visa o “empoderamento” local dos seus integrantes mediante educação/formação (Cf. <http://globalexchange.org/mission>). A agenda é diversificada, mas as operações de agentes estadunidenses – governo, empresas – são o alvo principal das ações. A razão é o seu envolvimento em denúncias de violações de direitos sociais e trabalhistas – ao menos pelo que fazem os seus fornecedores e subcontratados, implicando responsabilidade compartilhada – e a influência do consumo interno naquele país nas tendências do mercado internacional.

Outra instituição a mencionar é a *Global Labour Rights*, criada nos Estados Unidos em 1981 e oficialmente denominada *Institute for Global Labour and Human Rights* (Cf. <http://www.globallabourrights.org/about>). Considerando os direitos laborais como direitos humanos, a promoção e defesa destes no plano internacional foram definidos como objetivos básicos, para o que se mobilizam advogados aptos a dar apoio a trabalhadores que produzem para o mercado estadunidense em condições precária. Referida em publicações como o livro de Klein (2002), sua ação ressalta os problemas e as soluções buscadas, tentando disseminar e fortalecer reivindicações por salários mais dignos, ambientes de trabalho menos degradados e a livre associação e organização dos trabalhadores.

A *Social Watch*, surgida no Uruguai em 1995, é uma rede de ONGs e de outros grupos da sociedade civil cujas operações miram o combate à pobreza e às várias formas de discriminação (Cf. <http://www.socialwatch.org>). Os numerosos grupos e organizações nacionais que a integram são chamados de *watchers*, pilares de uma grande estrutura voltada à conscientização popular pela divulgação de informações até nas esferas locais. A engrenagem compreende secretariado internacional, comitê de coordenação – um órgão político chave, com membros representativos das regiões envolvidas no mundo todo – e assembleia geral (que representa o ápice da governança). As organizações e grupos que formam a base da *Social Watch* definem, com sua participação, a abrangência e a eficácia das operações.

A *Clean Clothes Campaign*, criada na Holanda em 1989, é uma associação que inclui ONGs e sindicatos (Cf. <http://www.cleanclothes.org/>) e tem presença limitada a 16 países europeus, embora coopere com instituições de Estados Unidos, Canadá e Austrália. Seu foco é a fiscalização das condições de trabalho da indústria do vestuário, objetivo que a faz privilegiar as práticas do *advocacy* e de conscientização e mobilização popular. O intuito é

mudar a conduta dos consumidores e, assim, melhorar as condições de trabalho nas fábricas. Mesmo que a incidência direta seja europeia, a abrangência (esperada) é mundial, pois toda a cadeia produtiva é considerada responsável pelos direitos trabalhistas e condições de trabalho. Assim, dezenas de instituições parceiras, operando em diferentes países, identificam problemas e objetivos locais e ajudam a desenhar estratégias de apoio aos trabalhadores, na luta por condições mais dignas.

2.3 O ativismo em ação: registros de algumas repercussões

As certificações têm um papel central no referido ativismo, como se falou. Sua base são as ações de denúncia das condições de trabalho, realizadas por sindicatos e ONGs, que ameaçam comprometer a imagem corporativa e as marcas, refletindo nas vendas e na lucratividade.

Certificações baseadas em questões de trabalho emergiram em resposta à exposição promovida contra companhias detentoras de marcas *top* que usam fabricantes e subcontratados internacionais, como Wal-Mart Stores em Honduras e Bangladesh, The Walt Disney Company no Haiti, Mattel na China, Nike na Indonésia, J. C. Penney Company e Kmart Corporation na Nicarágua e Liz Claiborne Inc. e Gap Inc. em El Salvador. Os abusos mais típicos incluíam salários extremamente baixos, uso de trabalho infantil, mau tratamento de trabalhadores do sexo feminino e supressão de sindicatos. (GEREFFI; GARCIA-JOHNSON; SASSER, 2001, p. 58).

Essas certificações guardam relação com o uso de códigos de conduta voltados à proibição de trabalho infantil e trabalho forçado, à promoção de remuneração não inferior ao salário mínimo local e à recusa a qualquer discriminação no ambiente de trabalho. Tornados instrumentos centrais nesse ativismo, tais códigos viram a luz em empresas como Levi Strauss & Co., Liz Claiborne, Nike, Reebok e Gap Inc. (KEARNEY; GEARHART, 2005).

As grandes empresas que adotam esses códigos fizeram-nos incidir sobre os respectivos fornecedores, quer dizer, produtores na Ásia, na América Latina e na África, para os quais as primeiras direcionam suas encomendas. Mas houve também casos de ações diretas desses grandes clientes: por exemplo, na década de 1990, com a divulgação das condições de trabalho em fornecedores de El Salvador, a Gap Inc. tentou “[...] engajar líderes sindicais, religiosos e acadêmicos locais como monitores independentes que se reuniam regularmente com trabalhadores para ouvir reclamações, investigar problemas e examinar os registros” (KAUFMAN; GONZALEZ, 2001, S.p.).

A Levi Strauss & Co. sobressaiu na adoção dos códigos de conduta. No começo da década de 1990, percebendo práticas de trabalho escravo em fornecedores estrangeiros, a

empresa foi pioneira no uso desse instrumento. Posteriormente outras corporações adotaram a iniciativa, como Nike e Reebok, o que resultou em disseminação dos códigos entre empresas transnacionais (KOLK; TULDER; WELTERS, 1999).

Mas essa escalada não deixou de gerar controvérsias. Cresceu o entendimento de que, instituídos por corporações ou associações de empregadores, esses códigos representariam, antes de tudo, tentativas de antecipação às ações fiscalizadoras, objetivando basicamente minimizar os impactos ou resguardar a imagem das marcas frente aos ataques às relações corporativas com fornecedores internacionais. Esses códigos não ficaram, portanto, ao largo da apreciação crítica. Interesses espúrios não estariam ausentes, não obstante as boas intenções sociais e o sentido de justiça inerente à sua elaboração e utilização. É sugestivo o seu emprego como estratégia de *marketing* e relações públicas em torno das marcas, visando influenciar agências reguladoras, sindicatos, ONGs, concorrentes, fornecedores e acionistas, além da esfera que dá sentido ao funcionamento das empresas: o consumo, logo, as vendas. Mesmo assim, esses códigos ajudam no processo de verificação das condutas dos empregadores e na informação à opinião pública.

Importante ilustração de uso desse instrumento refere-se à Nike Inc., líder mundial em *design*, distribuição e *marketing* de calçados esportivos, cujas atividades projetaram-se no setor do vestuário em termos mais amplos. Sua trajetória é marcada pelo uso generalizado da terceirização produtiva, com fabricantes fornecedores geralmente localizados em ambientes com mão de obra numerosa, legislações trabalhistas mais frouxas e salários mais baixos.

A partir das primeiras possibilidades oferecidas pelo Japão, a empresa voltou-se para países como Coreia do Sul, Tailândia, China e Taiwan, desdobrando-se depois no sudeste da Ásia rumo à Indonésia e ao Vietnã. Nesse percurso, as atividades “nobres” da cadeia produtiva – concepção, *design*, comercialização – aconteciam ou eram decididas na sede da corporação, e os produtos eram manufaturados em centenas de estabelecimentos e por milhares de trabalhadores em dezenas de países (CHESNAIS, 1996).

A imposição de códigos de conduta junto aos fabricantes era dificultada pelo perfil da rede de fornecedores, grande número dos quais não produzia, no segmento vestuarista, só para a Nike. Também interferia a curta duração dos contratos, refletindo forte variação nas tendências devido à volatilidade nas preferências dos consumidores. Para a Nike, tudo isso significaria isenção, ou pelo menos grande redução, de responsabilidade social com respeito à fabricação dos produtos encomendados e comercializados (LOCKE, 2002). De fato, sua conduta não diferia das de outras corporações, que costumam argumentar não serem responsáveis pelo comportamento dos fornecedores.

Essa posição é veementemente contestada por sindicatos e ONGs, que apontam existir responsabilidade solidária. Assim, os ativistas discordaram frontalmente dos argumentos daquela empresa, e suas ações tornaram o movimento anti-Nike um símbolo da luta contra as desigualdades sociais na globalização e contra a degradação do trabalho: o resultado tomou a forma, de fato, da “[...] mais divulgada e mais tenaz das campanhas baseadas em marcas.” (KLEIN, 2002, p. 393). Denúncias de precariedade já ocorriam nos primeiros anos de funcionamento da empresa, mas a situação agravou-se na década de 1990 em razão de notícias sobre trabalhadores mal remunerados na Indonésia, trabalho infantil no Camboja e no Paquistão e horas extras forçadas na China e no Vietnã.

A experiência de maior repercussão internacional implicou a Indonésia, onde seis estabelecimentos, quatro dos quais pertencentes a fornecedores sul-coreanos, produziam com o emprego de mais de 25 mil pessoas. O foco principal das críticas eram os diminutos salários praticados, em agressão à lei permitida pelo próprio governo da Indonésia. Inicialmente a Nike negou qualquer responsabilidade, alegando não ser dona das fábricas: a *Global Labour Rights* citou em relatório uma declaração da porta-voz da corporação nestes termos, feita em 1997 sobre situação semelhante no Vietnã: “Qual é a responsabilidade da Nike? Estas fábricas não são nossas”⁵⁷.

Essas violações de direitos, na Indonésia e em outros países asiáticos, foram alvos de contundentes campanhas. Diversos foram os relatórios sobre o assunto, entre eles o *Still waiting for Nike to do it*, de maio de 2001, elaborado pela *Global Exchange*. A discrepância entre a retórica da empresa sobre o combate à precariedade em seus fornecedores, de um lado, e a realidade observada via fiscalizações, inspeções e relatos de trabalhadores, de outro, era o assunto central do documento⁵⁸.

Mas a Nike não foi interpelada somente por campanhas desse tipo. Um processo local, originado no Bronx, em Nova York, mostrou-se capaz de afetar duramente o seu departamento de relações públicas, segundo narrativa de Klein (2002). O pano de fundo é a importância dos guetos e subúrbios de cidades dos Estados Unidos para o *marketing* e *branding* da Nike: muitos de seus consumidores são jovens desses ambientes, fãs de atletas e *rappers* cujas imagens estampam as propagandas de produtos da empresa.

O tipo de bombardeio, sobre jovens de famílias pobres ou com adultos desempregados, representado por esse *marketing* fez um assistente social iniciar processo de

57 Cf. <http://www.globallabourrights.org/press/from-nikes-pr-missteps-a-lesson-for-loblaw>

58 Cf. <http://www.globalexchange.org/sweatfree/nike/stillwaiting>

conscientização, junto aos frequentadores do centro comunitário onde trabalhava, a respeito de como eram fabricados os tão desejados calçados e roupas: trabalhadores indonésios recebiam US\$ 2 diários em média, e tênis vendidos nos Estados Unidos a preços entre US\$ 100 e US\$ 180 eram fabricados ao custo aproximado de US\$ 5. O processo procurou inocular inclusive a ideia de que corporações como a Nike tinham responsabilidade no tocante ao desemprego amargado nessas famílias e por outras pessoas das redondezas, devido à busca de localizações representativas de baixos custos de produção fora dos Estados Unidos.

Como resultado, vários jovens enviaram correspondências à empresa em que até pediam ressarcimento baseado na diferença exorbitante entre preços de venda e custos de produção. Como o departamento de relações públicas da Nike limitou-se a responder formalmente, numerosos jovens dirigiram-se à *Nike Town* da *Fifth Avenue*, em Nova York, e jogaram sacos com pares de tênis velhos na porta do estabelecimento como forma de protesto. O episódio foi assim noticiado: esses jovens “[...] são parte de um crescente movimento que critica a Nike por sub-remunerar trabalhadores em fábricas asiáticas [...] enquanto cobra de adolescentes *style-setting* mais de US\$ 100 pelos calçados.” (GONZALEZ, 1997, S.p.). A ampla cobertura midiática fez o acontecimento repercutir fortemente na corporação.

2.4 Que conteúdo antissistêmico nesse ativismo social?

A mobilização levada a efeito a partir do Bronx representa manifestação, em escala de microcosmo, de um processo que, conforme assinalado nessa segunda parte do artigo, tem contornos de maré montante internacional: denúncias de práticas abusivas e defesa de condições mais dignas de trabalho, no bojo de alianças interinstitucionais envolvendo sindicatos e ONGs, principalmente (ANNER; EVANS, 2005; GALLIN, 2000). É possível assimilar esse ativismo às práticas de cunho antissistêmico que crivam a história do capitalismo e foram tangenciadas, em alguns dos seus grandes traços, na primeira parte do texto?

Na seção 1.3 salientou-se, com base na argumentação de Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1989) em *Antisystemic Movements*, que as frustrações acumuladas com os procedimentos da “velha esquerda” e dos movimentos antissistêmicos tradicionais abriram as portas para uma nova geração de iniciativas de mobilização social e de contestações à ordem, desde o final da década de 1960. Assinalou-se que causas feministas, ecológicas e pacifistas, entre outras, passaram a vincar o cenário, e que as ações em torno dos problemas amargados pelo mundo do trabalho foram influenciadas pela crescentemente registrada intensificação do

caráter internacional da produção industrial, um dinamismo que concentra muito ou quase tudo do sentido que se dá à palavra “globalização”, tornada quase um *slogan* da virada do século.

O ativismo repertoriado, significando ação direta em defesa das condições de trabalho, pode ser contextualizado considerando-se, fazendo uso das palavras de Arrighi, Hopkins e Wallerstein (1989, p. 71-72 – itálico no original), que

Fundamental para a constituição da força de trabalho mundial [...] é [...] a rapidamente crescente divisão *técnica* do trabalho em escala mundial, através dos arranjos constitutivos das operações das corporações transnacionais e também integrantes daquelas relativas às agências estatais e inter-estatais socialmente integradas. [...]

Esses continuados prolongamentos de divisões técnicas do trabalho – de processos de trabalho impositivamente integrados por meio da estrutura de planejamento e controle de uma firma capitalista, mais do que por processos de mercado – pressupõem [...] centralizações extraordinárias do (assim chamado) capital produtivo. [...] Essa crescente inter-relação “técnica” de processos de trabalho através desses movimentos de capital igualmente interconecta os trabalhadores assim associados, mais aqueles [...] cujos talentos produtivos são colocados em uso na provisão de meios de bem estar para os diretamente engajados em atividades produtivas no nível mundial [...]. São essas ligações da empresa capitalista em termos mundiais que, conectando segmentos cada mais maiores dos trabalhadores do mundo, propiciam uma das redes relacionais, em ramificação, pelas quais a luta de classes forma as classes por ela interligadas.

Mais do que isso, a dominante tendência de centralização do capital em nível mundial, entre cujas faces principais figura uma progressiva “[...] transnacionalização da produção sob a égide da corporação transnacional” (ARRIGHI; HOPKINS, WALLERSTEIN, 1989, p. 90), define e impõe aos movimentos antissistêmicos, hoje, grande parte da sua direção e das condições de funcionamento.

Em primeiro lugar e, no presente contexto, talvez acima de tudo, está a realocização em curso de processos de fabricação utilizadores de trabalho para a semiperiferia, e, portanto, a mudança para tais lugares do epicentro do conflito de classe “classicamente” estruturado e conduzido – lutas capital-trabalho diretas, organizadas, de grande escala.

Com efeito, a

[...] crescente busca pelo capital de refúgios protegidos da agitação do trabalho organizado carrega consigo [...] uma crescente realocização da proletarização industrial e, assim, dos esforços coletivos para controlar esse processo e/ou para melhorar seus efeitos. O resultado líquido pode [...] ser uma consciência de classe cada vez mais focalizada [inclusive] no sentimento nacionalista que atravessa as zonas externas ao core, particularmente em estados semiperiféricos. (ARRIGHI; HOPKINS, WALLERSTEIN, 1989, p. 112).

Tem sentido considerar que essa distribuição das diferentes funções produtivas, protagonizada pelas grandes empresas, representa campo privilegiado para movimentos antissistêmicos que miram as relações entre capital e trabalho na atualidade. O ativismo de

sindicatos e ONGs, na forma abordada no artigo, procura confrontar as grandes empresas com exigências sobre adoção de códigos de conta estribadas na sua capacidade de denunciar práticas trabalhistas degradantes e atingir as vendas, em razão da grande visibilidade dada às condições encontradas.

Portanto, ao fim e ao cabo, esses ativistas representam grupos em busca de mudanças sociais de um certo tipo. Mais do que isso, a maneira como tentam interpelar as corporações tem o espírito de interferência, de alguma maneira, no processo de acumulação de capital: atingir as vendas, um objetivo maior das campanhas levadas a efeito tão logo são detectadas condições de trabalho degradantes, significa afetar, pelo léxico marxista, a “realização da mais valia”, base da dinâmica acumulativa.

Nesse sentido, pode-se dizer que sindicatos e ONGs revelam-se protagonistas centrais de práticas de tipo antissistêmico na atualidade da economia-mundo capitalista. Parte importante da força que exibem nessa direção, é importante salientar, deve-se às ações conjuntas que executam ou articulam.

Contudo, não se deve pensar, com respeito às alianças promovidas, que as articulações e a convivência entre essas instituições são isentas de dificuldades no tocante aos problemas do trabalho. Ao contrário, mostram-se crivadas de tensões e críticas de parte a parte, tendo em vista as diferenças de enfoque e as discordâncias, e mesmo, em certas situações, a desconfiança (BRAUN; GEARHART, 2005; COMPA, 2005; SIMPKINS, 2005). Por exemplo, uma crítica importante dos sindicatos às ONGs destaca que as campanhas internacionais de denúncias têm efeitos limitados, pois visam muito mais o mercado (comprometimento das marcas e vendas) e muito menos a esfera da política (LIPSCHUTZ, 2005).

Seja como for, merecem realce as postulações de Portes (1997, 1999) e Evans (2000) sobre essas relações institucionais. Redes internacionais assim configuradas, contemplando, a rigor, assuntos tão diversos como a economia e a cultura, passando por comércio e meio ambiente, entre outros – inclusive nutrindo o surgimento e a constituição de comunidades transnacionais –, estariam a impulsionar uma “globalização desde abaixo” (PORTES, 1997, 1999). E os esforços consubstanciados contrapõem-se aos interesses “hegemônicos”, quer dizer, exibidos e defendidos pelas corporações e elites transnacionais, ideologicamente dominantes e com habilidade e desenvoltura na outorga de recompensas materiais e na imposição de sanções.

Com efeito, os agentes dessa, por assim dizer, “outra globalização”

[...] utilizam redes globais e ideologias para mudar o equilíbrio de poder no nível local em favor dos despossuídos. Eles provavelmente não são capazes de derrubar o aparato inteiro, mas constituem desafios aos “negócios realizados como sempre” no plano tanto global como local, e são, nesse sentido, “contra hegemônicos”. (EVANS, 2000, p. 231).

De que modo pensar, sobre as questões contempladas na segunda parte do artigo, em termos de “globalização desde abaixo” e “globalização contra hegemônica” – duas formulações bastante inspiradas e sugestivas –, senão em conexão profunda com o sentido dos movimentos antissistêmicos? O ativismo focalizado no estudo há de ser reconhecido, argumenta-se aqui, como integrante da tendência de surgimento e manifestação dos “novos movimentos antissistêmicos” que floresceram no sistema mundial desde os estremecimentos do final dos anos 1960.

Considerações finais

As mudanças das últimas décadas na economia mundial, com a aparente vitória ideológica e política de posições conservadoras em bom número de países (refere-se aqui ao vagalhão neoliberal do final do século XX), em articulação com transformações na forma de produzir que incluem processos de reestruturação e de reorganização espacial das atividades, não arrefeceram o ímpeto contestador dos atores sociais. Isso é fato, principalmente, junto àqueles grupos para os quais a melhoria das condições de trabalho e de vida das massas menos favorecidas constituem o foco principal de atenção e militância.

“Ações de natureza antissistêmica” é como cabe referir às investidas de interpelação de grandes empresas que usufruem de condições de trabalho deploráveis em diferentes latitudes do sistema mundial. O mesmo deve ser considerado em relação aos governos que, negligentes, cooptados ou verdadeiramente cúmplices, acobertam práticas abusivas e assistem inertes à sucessão de episódios que ofendem até mesmo o senso comum. Num caso ou no outro, o campo de atuação é amplo e as intenções são louváveis, merecendo, sem dúvida, apoio, estímulo e reforço.

Mas o campo é igualmente pedregoso, repleto de obstáculos que forcem admitir a existência de limites a esse ativismo. Combater as adversidades no trabalho configura um desafio enorme em contexto de busca incessante, pelas grandes empresas, de redução o tanto quanto possível dos custos de produção, para lograr as vantagens da prática de preços mais baixos no embate da concorrência travado nos mercados finais. A mencionada convergência de interesses, entre grandes empresas que são clientes de fabricantes instalados na periferia e

na semiperiferia do capitalismo e governantes desses países, torna o combate às adversidades no trabalho um desafio nada menos que formidável.

A opinião pública tem acusado, em certos ambientes e em alguns momentos, o impacto das denúncias. Segundo a literatura, parte da qual foi explorada neste artigo, reflexos no consumo têm sido registrados, mas isso mostra-se mais ou menos localizado no tempo e no espaço. De outra parte, bons resultados nessa direção pelo ângulo do ativismo – a saber, adoção de normas mais rígidas, representando restrição aos abusos em certas circunstâncias e lugares – não raramente se deparam com a adversidade derivada da mobilidade do capital, aparentemente exacerbada na “era da globalização”. Esse caráter resulta em rapidez na mudança da geografia da produção, com manutenção das vantagens outorgadas por legislações frouxas ou simplesmente ignoradas, garantindo condições de trabalho aviltantes.

De todo modo, o terreno merece ser continuamente laborado, quer dizer, os retrocessos não deveriam convidar à inação. Ao contrário, os obstáculos devem ser vistos como desafios a serem ultrapassados no exercício de um, por assim dizer, “antissistemismo” apto a sinalizar – mesmo que temporariamente, ainda que localizadamente – o resgate de condições de trabalho e vida merecedoras dos adjetivos “dignas” e “decentes”. Basta essa possibilidade para que o esforço valha a pena e para que as frustrações sejam encaradas como estímulos para o discernimento de novos passos e estratégias.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, M. T. Clothed in misery. The New York Times, April 29th, 2013. Obtido em: http://www.nytimes.com/2013/04/30/opinion/bangladeshs-are-only-the-latest-in-textile-factory-disasters.html?pagewanted=all&_r=0&pagewanted=print Acesso em: 5/7/2014.
- ANNER, M.; EVANS, P. Building bridges across a double divide: alliances between US and Latin American labor and NGOs. In: EADE, D.; LEATHER, A. (Eds.). Development NGOs and labor unions: terms of engagement. Bloomfield: Kumarian Press, 2005, p. 33-50.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, G.; HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. *Antisystemic movements*. London: Verso, 1989.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. Introdução. In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2001, p. 11-45.
- BALZAC, H. de. *Les paysans*. Paris: Gallimard; Librairie Générale Française, 1968 [1844].
- BAIR, J. Global capitalism and commodity chains: looking back, going forward. *Competition & Change*, v. 9, n. 2, p. 153-180, June 2005.
- BAIR, J.; GEREFFI, G. Better work in Central America: assessing the opportunities for upgrading in Nicaragua’s apparel sector. The University of Manchester, Research Programme “Capturing the Gains”, Feb. 2013. (Working Paper 17). Obtido em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2237473 Acesso em: 15/7/2014.

- BEAUD, M. *História do capitalismo de 1500 aos nossos dias*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. BOYER, R. *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte, 1987.
- BRAUN, R.; GEARHART, J. Who should code your conduct? Labor union and NGO differences in the fight for workers' rights. In: EADE, D.; LEATHER, A. (Eds.). *Development NGOs and labor unions: terms of engagement*. Bloomfield: Kumarian Press, 2005, p. 203-221.
- CAMUS, A. *L'homme révolté*. Paris: Gallimard, 1951.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CIRERA, X.; LAKSHMAN, R. The impact of export processing zones on employment, wages and labour conditions in developing countries. *3ie Systematic Review*, n. 10. London: International Initiative for Impact Evaluation (3ie), 2014.
- COMPA, L. Labor unions, NGOs, and corporate codes of conduct. In: EADE, D.; LEATHER, A. (Eds.). *Development NGOs and labor unions: terms of engagement*. Bloomfield: Kumarian Press, 2005, p. 241-248. CROCE, B. *Histoire de l'Europe au XIX^e siècle*. Paris: Gallimard, 1973.
- DERLUGIAN, G. M. The social cohesion of the states. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. (Coord.). *The age of transition: trajectory of the world-system, 1945-2025*. London: Zed Books, 1996, p. 148-177.
- ENGELS, F. *A questão da habitação*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988. [1872].
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985 [1845].
- EVANS, P. Fighting marginalization with transnational networks: counter-hegemonic globalization. *Contemporary Sociology*, v. 29, n. 1, p. 230-241, 2000.
- EWING, K. Trade union rights in the Twenty-first Century. *WorkingUSA*, v. 5, n. 1, p. 19-42, 2001. FAIRBROTHER, P.; HAMMER, N. Global unions: past efforts and future prospects. *Relations Industrielles/Industrial Relations*, v. 60, n. 3, p. 405-431, 2005.
- FERNANDEZ-STARK, K.; FREDERICK, S.; GEREFFI, G. The apparel global value chain: economic upgrading and workforce development. Durham: Duke University Center on Globalization, Governance and Competitiveness, Nov. 2011. Obtido em: http://www.cggc.duke.edu/pdfs/2011-11-11_CGGC_Apparel-Global-Value-Chain.pdf Acesso em: 10/7/2014.
- FOURIER, F. M. C. *El nuevo mundo industrial y societario*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1989 [1829].
- GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Eds.). *Commodity chains and global capitalism*. London: Greenwood Press, 1994, p. 95-122.
- GEREFFI, G. Global production systems and Third World development. In: STALLINGS, B. (Ed.). *Global change, regional response: the new international context of development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 100-142.
- GEREFFI, G. A commodity chains framework for analyzing global industries. Durham: Duke University, Aug. 1999a. Obtido em: <http://www.azc.uam.mx/socialesyhumanidades/06/departamentos/relaciones/Pdf.%20De%20curso%20de%20MES%20O/Gereffi%201999.pdf> Acesso em: 10/7/2014.
- GEREFFI, G. International trade and industrial upgrading in the apparel commodity chain. *Journal of International Economics*, v. 48, p. 37-70, 1999b.
- GEREFFI, G.; GARCIA-JOHNSON, R.; SASSER, E. The NGO-Industrial Complex. *Foreign Policy*, p. 56-65, July 2001.
- GEREFFI, G.; MEMEDOVIC, O. The global apparel value chain: what prospects for upgrading by developing countries. Vienna: UNIDO, 2003. (Sectoral Studies Series).

GONZALEZ, D. Youthful foes go toe to toe with Nike. *The New York Times*, S.p., Sep. 27th, 1997. Obtido em: <http://www.nytimes.com/1997/09/27/nyregion/about-new-york-youthful-foes-go-toe-to-toe-with-nike.html> Acesso em: 30/07/2014.

GOUBERT, P. *Initiation à l'histoire de la France*. Paris: Fayard-Tallandier, 1984.

HANCOCK, P.; MIDDLETON, S.; MOORE, J. Export Processing Zones (EPZs), globalization, feminized labour markets and working conditions: a study of Sri Lankan EPZ workers. *Labour and Management in Development*, v. 10, S/p, 2009. Obtido em: <http://www.nla.gov.au/openpublish/index.php/lmd/article/viewFile/1612/2004> Acesso em: 5/7/2014.

HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOPKINS, T., WALLERSTEIN, I. Capitalism and the incorporation of new zones into the World-Economy. *Review*, X, n. 5/6, p. 763-779, Supplement (Summer/Fall) 1987.

ILO. Employment and social policy in respect of Export Processing Zones EPZs). Geneva: International Labour Office – Governing Body/Committee on Employment and Social Policy, Mar. 2003. (GB. 286/ESP/3)

KAUFMAN, I.; GONZALEZ, D. Labor standards clash with global reality. *The New York Times*, Apr. 24th, 2001. Obtido em: <http://www.nytimes.com/2001/04/24/world/labor-standards-clash-with-global-reality.html> Acesso em: 22/7/2014.

KEARNEY, N.; GEARHART, J. Workplace codes as tools for workers. In: EADE, D.; LEATHER, A. (Eds.). *Development NGOs and labor unions: terms of engagement*. Bloomfield: Kumarian Press, 2005, p. 249-258.

KLEIN, N. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KOLK, A.; TULDER, R. van; WELTERS, C. International codes of conduct and corporate social responsibility: can transnational corporations regulate themselves? *Transnational Corporations*, v. 8, n. 1, p.143-180, abr. 1999.

KUSAGO, T.; TZANNATOS, Z. Export Processing Zones: a review in need of update. Washington, D.C.: The World Bank/Social Protection Group/Human Development Network, Jan. 1998.

LÉNINE, V. *L'État et la révolution*. Paris: Editions Sociales, 1976. [1917]

LIPIETZ, A. *Le capital et son espace*. 2a ed. Paris: La Découverte, 1983.

LIPIETZ, A. *Mirages et miracles: problèmes de l'industrialisation dans le tiers monde*. Paris: La Découverte, 1985.

LIPSCHUTZ, R. D. Sweating it out: NGO campaigns and labor union empowerment. In: EADE, D.; LEATHER, A. (Eds.). *Development NGOs and labor unions: terms of engagement*. Bloomfield: Kumarian Press, 2005, p. 223-239.

LOCKE, R. M. *The promise and perils of globalization: the case of Nike*. Cambridge: MIT, 2002. Disponível em: http://www.caseplace.org/pdfs/All-MIT-2003-Promise_and_Perils_Nike.pdf Acesso em: set. 2013.

LUXEMBURG, R. *Œuvres I*. Paris: François Maspéro, 1976.

MARGLIN, S. A.; SCHOR, J. B. (Eds.). *The golden age of capitalism: reinterpreting the postwar experience*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 15-126. [1852].

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifeste du Parti Communiste*. Paris: Librairie Générale Française, 1973. [1848]

MASSEY, D. Spatial divisions of labour: social structures and the geography of production. London: Macmillan, 1984.

MAYER, F.; GEREFFI, G. Regulation and economic globalization: prospects and limits of private governance. *Business and Politics*, v. 12, n. 3, 2010. Obtido em: <http://www.bepress.com/bap/vol12/iss3/art11> Acesso em: 10/7/2014.

MILBERG, W.; AMENGUAL, M. Economic development and working conditions in Export Processing Zones: a survey of trends. Geneva: International Labour Office, 2008.

NINETY nine per cent perspiration. *The Economist*, p. 36, June 21th, 1997.

O'BRIEN, R. Workers and world order: the tentative transformation of the international union movement. *Review of International Studies*, v. 26, p. 533-555, 2000.

OECD. *Interconnected economies: benefiting from global value chains*. Paris: OECD Publishing, 2013. Acesso em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264189560-en> Acesso em: 20/6/2014.

PERMAN, S.; DUVILLIER, L.; DAVID, N.; EDEN, J; GRUMIAU, S. *Behind the branded names: working conditions and labour rights in Export Processing Zones*. Brussels: International Confederation of Free Trade Unions, Dec. 2004.

PORTES, A. *Globalization from below: the rise of transnational communities*. Princeton: Princeton University, WPTC-98-01, Sep. 1997.

PORTES, A. La mondialisation par le bas [L'émérgence des communautés transnationales]. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, v. 129, p. 15-25, Sep. 1999.

QUAN, K. Use of global value chains by labor organizers. *Competition & Change*, v. 12, n. 1, p. 89-104, Mar. 2008.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SERVANT, J-C. Petites mains du Sud pour firme du Nord. *Le Monde Diplomatique*, p. 18, Jan. 2006.

SHEILA, P.; CASPARIS, J. World human welfare. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. (Coord.). *The age of transition: trajectory of the world-system, 1945-2025*. London: Zed Books, 1996, p. 117-147.

SHEPHERD, B.; STONE, S. Global production networks and employment: a developing country perspective. *OECD Trade Policy Papers*, n. 154, Paris: OECD Publishing, 2013. Obtido em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/5k46j0rjq9s8.pdf?expires=1406055521&id=id&accname=guest&checksum=0B237FF2A1B9131EE37EFF1C6E313BAB> Acesso em: 22/7/2014.

SILVER, B. J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVER, B. J.; SLATER, E. As origens sociais das hegemonias mundiais. In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2001, p. 161-225.

SIMPKINS, J. The global workplace: challenging the race to the bottom. In: EADE, D.; LEATHER, A. (Eds.). *Development NGOs and labor unions: terms of engagement*. Bloomfield: Kumarian Press, 2005, p. 139-151.

SURVEYING informalised labour conditions in India's organized garment sector. *Development Viewpoint*, n. 79, London: University of London, CDPR, July 2014. Obtido em: <http://www.soas.ac.uk/cdpr/publications/dv/file93801.pdf> Acesso em: 10/7/2014.

THE OPPRESSIVE labour conditions of the working poor in the peripheral segments of India's garment sector. *Development Viewpoint*, n. 81, London: University of London, CDPR, July 2014. Obtido em: <http://www.soas.ac.uk/cdpr/publications/dv/file93820.pdf> Acesso em: 10/7/2014.

WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial*. Tomo I: La agricultura capitalista y los orígenes de economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

WALLERSTEIN, I. The global picture, 1945-90. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. (Coord.). *The age of transition: trajectory of the world-system, 1945-2025*. London: Zed Books, 1996a, p. 209-225.

WALLERSTEIN, I. The global possibilities, 1990-2025. In: HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. (Coord.). *The age of transition: trajectory of the world-system, 1945-2025*. London: Zed Books, 1996b, p. 226-243.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

WEBER, K. The factories of lost children. *The New York Times*, Mar. 25th, 2006. Obtido em: http://www.nytimes.com/2006/03/25/opinion/25weber.html?_r=0 Acesso em: 3/7/2007.